

**SEGURANÇA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO
SUL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO POLICIAMENTO RURAL**

***RURAL POLICING AND BORDER SECURITY IN MATO
GROSSO DO SUL: A CRITICAL ANALYSIS***





SEGURANÇA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO POLICIAMENTO RURAL

RURAL POLICING AND BORDER SECURITY IN MATO GROSSO DO SUL: A CRITICAL ANALYSIS

Geosmar Aparecido Gonçalves¹
geosmar2@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o policiamento rural na fronteira de Mato Grosso do Sul (MS) e os desafios da criminalidade transfronteiriça. O objetivo é analisar criticamente as estratégias vigentes, propondo uma abordagem focada na dimensão humana e no engajamento comunitário. Em abordagem metodológica qualitativa, por revisão bibliográfica e documental, a pesquisa aborda a possível resposta institucional da PMMS, como a criação do Comando de Policiamento Rural (CP-Rur) e do Batalhão de Policiamento (BPMRu), além do uso de tecnologia e cooperação internacional no atendimento, com foco na área rural na região fronteiriça. A questão problema é analisar se as atuais estruturas de policiamento rural no Estado estão devidamente preparadas para enfrentar os desafios impostos pelo crime organizado e pelas transformações socioeconômicas iminentes, tais como a implementação da Rota Bioceânica e, em caso afirmativo, como é possível otimizar essa atuação, integrando tecnologia de ponta com uma abordagem humanizada, de modo a construir uma segurança que seja, simultaneamente, eficiente e justa? Os resultados indicam que a eficácia do policiamento de fronteira depende da superação de desafios estruturais e da capacitação contínua, com a humanização e o policiamento comunitário sendo pilares para o sucesso da atuação. Conclui-se que uma abordagem integrada, aliando inteligência, tecnologia e respeito aos direitos humanos, é fundamental para transformar a segurança e o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Policiamento rural; Segurança de fronteira; Crimes transfronteiriços; Rota Bioceânica; Humanização policial.

ABSTRACT

This article analyzes rural policing on the border of Mato Grosso do Sul (MS) and the challenges of cross-border crime. The objective is to critically analyze current strategies, proposing an approach focused on the human dimension and community engagement. Using a qualitative methodological approach, through bibliographic and documentary review, the research addresses the possible institutional response of the PMMS (Military Police of Mato Grosso do Sul), such as the creation of the Rural Policing Command (CP-Rur) and the Rural Policing Battalion (BPMRu), as well as the use of technology and international cooperation in service, focusing on the rural area in the border region. The central question is whether the current rural policing structures in the state are adequately prepared to face the challenges posed by organized crime and imminent socioeconomic transformations, such as the implementation of the Bioceanic Route, and, if so, how it is possible to optimize this performance by integrating cutting-edge technology with a humanized approach, in order to build security that is simultaneously efficient and fair? The results indicate that the effectiveness of border policing depends on overcoming structural challenges and continuous training, with humanization and community policing being pillars for successful performance. It is concluded that an integrated approach, combining intelligence, technology, and respect for human rights, is fundamental to transforming security and development in the region.

Keywords: Rural policing; Border security; Cross-border crimes; Bioceanic Route; Humanization of Policing.

1 INTRODUÇÃO

¹1º Sargento QPPM da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Especialista em Polícia Comunitária e em Segurança Pública pela Faculdade Iguazu. Graduado em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orcid - 0009-0009-4080-9422.



1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO

A fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, que se estende por mais de 1.500 quilômetros, configura-se como uma geografia de profundos contrastes (IBGE, 2022). De um lado, constata-se um agronegócio robusto que impulsiona significativamente a economia brasileira. De outro, essa linha limítrofe revela-se recortada por rios, estradas não pavimentadas e matas de difícil acesso, onde o alcance da presença estatal é limitado. O estado possui 436,9 km de fronteira seca com o Paraguai e mais de 641 km de fronteira fluvial, além de 401,9 km de fronteira com a Bolívia, incluindo 135,3 km de áreas alagadas do Pantanal (Mato Grosso do Sul, 2023). A existência de 44 municípios em faixa de fronteira, muitos dos quais são cidades limítrofes (Corumbá/BRA e Puerto Quijarro/BOL; Ponta Porã/BRA e Pedro Juan Caballero/PY; e Mundo Novo/BRA e Salto del Guairá/PY), facilita a comunicação e interação transfronteiriça.

Ao se abordar a segurança pública no Brasil, observa-se uma inclinação predominante para o exame da violência urbana, enquanto o cenário em regiões como Mato Grosso do Sul permanece distante da atenção pública nacional, embora seja igualmente complexo e estrategicamente relevante. É nesse núcleo geográfico que a segurança pública adquire uma função essencial à defesa da soberania. A dualidade da fronteira transforma a região em um corredor logístico dinâmico, não apenas para atividades lícitas, mas também para uma crescente gama de ações criminosas que exploram essa permeabilidade, oferecendo condições propícias para a atuação do crime organizado, com reverberações que afetam todo o território brasileiro (Faisting, 2023; Silva, 2022).

A percepção de que a segurança nas fronteiras rurais é frequentemente subestimada aponta para uma vulnerabilidade sistêmica. Essa carência de prioridade e a histórica ausência de uma doutrina especializada para o ambiente rural criam um contexto propício para a consolidação de atividades criminosas, minando a autoridade estatal e a sensação de segurança das comunidades. Ademais, a fronteira em Mato Grosso do Sul é marcada pela violência contra os povos indígenas, o que exige uma compreensão de suas "fronteiras internas", físicas e simbólicas, que confinam e submetem grupos vulneráveis à violação de direitos (Faisting, 2023).

Nesse cenário, por vezes desafiador, o trabalho da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS) transcende a função estatal convencional, configurando-se como uma verdadeira linha de frente na defesa do interior do estado. Longe do asfalto e da densidade populacional das cidades, a garantia da segurança demanda uma abordagem que vai além do policiamento tradicional; ela exige um entendimento aprofundado da população local, da complexidade geográfica e, primordialmente, uma dimensão humanizada na atuação policial.

1.2 A RESPOSTA INSTITUCIONAL E O PROBLEMA DE PESQUISA



A recente criação do Comando de Policiamento Rural (CP-Rur), estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 326/2023 (Mato Grosso do Sul, 2023) e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 20 de dezembro de 2023, bem como do Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRu) em Mato Grosso do Sul, criado pelo Decreto Estadual nº 16.350, de 22 de dezembro de 2023 (Mato Grosso do Sul, 2023, 2023), e publicado no Diário Oficial nº 11.363, de 26 de dezembro de 2023, visando otimizar o planejamento, a organização e o policiamento em todo o estado, com especial atenção às áreas rurais, não deve ser interpretada como uma mera reorganização administrativa.

Ao contrário, essa iniciativa representa o reconhecimento vital de que o ambiente rural sul-mato-grossense possui particularidades próprias, as quais exigem uma resposta especializada e uma doutrina policial que compreenda tanto o silêncio das estradas de terra quanto a vulnerabilidade das comunidades isoladas.

Embora o CP-Rur e o BPMRu configurem a principal resposta estratégica e especializada da PMMS para o ambiente rural e de fronteira, é fundamental reconhecer que a segurança da região é também apoiada por uma rede mais ampla de unidades operacionais, tais como o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), a Polícia Militar Ambiental (PMA) e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), cada qual com suas expertises específicas e complementares.

Este artigo, portanto, não se propõe a ser apenas um relatório de operações ou uma compilação estatística. O objetivo central é, primordialmente, imergir de forma crítica no impacto efetivo dessas estratégias na vida dos cidadãos, idealizando a segurança não somente como a ausência de crime, mas como a condição própria para o pleno exercício da cidadania em territórios frequentemente desconsiderados.

A pesquisa aborda a possível resposta institucional da PMMS à questão que move intrinsecamente este trabalho e que se configura como seu problema de pesquisa que é, portanto, direta e fundamental: As atuais estruturas de policiamento rural em Mato Grosso do Sul estão devidamente preparadas para enfrentar os desafios impostos pelo crime organizado e pelas transformações socioeconômicas iminentes, tais como a implementação da Rota Bioceânica e, em caso afirmativo, como é possível otimizar essa atuação, integrando tecnologia de ponta com uma abordagem genuinamente humanizada, de modo a construir uma segurança que seja, simultaneamente, eficiente e justa?

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância da presente análise manifesta-se no reconhecimento de que Mato Grosso do Sul não se configura como uma ilha e, o que ocorre em suas fronteiras reverbera por todo o território nacional. Negligenciar a segurança no campo, uma prática histórica (Mingardi, 2021), implica desconsiderar um setor que sustenta parte substancial da economia e da cultura do país. Para o autor deste trabalho, cuja atuação como policial militar na fronteira sul-mato-grossense se alinha à sua formação em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), essa relevância transcende o campo acadêmico, materializando-se nos desafios diários e impulsionando a busca por soluções que harmonizem a teoria científica com a ação concreta operacional.

A promessa de desenvolvimento advinda com a Rota Bioceânica, por exemplo, pode se converter em um desafio complexo caso não seja acompanhada de um rigoroso planejamento de segurança, incorrendo no risco de transformar uma oportunidade de progresso em um novo vetor de criminalidade (IPEA, 2023).

1.4 METODOLOGIA

Este estudo adota como metodologia uma abordagem qualitativa por revisão bibliográfica aprofundada, documental e multidisciplinar, consultando a literatura especializada em segurança pública, crimes transfronteiriços e policiamento comunitário, com prioridade para publicações veiculadas entre 2020 e 2025. Adicionalmente, o trabalho analisa documentos e políticas da PMMS, com foco específico no CP-Rur e no BPMRu, a partir de relatórios públicos e fontes oficiais.

Embora reconheça como limitação a ausência de dados de campo primários, a pesquisa se beneficia da percepção de profissionais da segurança pública que atuam na fronteira para identificar os problemas existentes a partir de sua vivência e experiência, o que se revela fundamental para propor uma mudança de paradigma na atuação estatal (Faisting, 2023).

Assim, para além de identificar falhas, este trabalho propõe caminhos que visam contribuir para a formulação de políticas públicas que contemplem a complexidade do Brasil rural e de fronteira. É importante salientar que o presente estudo, ao mesmo tempo em que aponta para as complexidades e vulnerabilidades, também busca enaltecer os esforços e avanços na construção de uma segurança pública mais eficaz e humanizada, demonstrando uma análise balanceada da gestão estadual e da liderança institucional da PMMS. A necessidade de abordar a segurança a partir das perspectivas social, econômica, ambiental e de segurança pública, demonstra que soluções eficazes para as fronteiras exigem um esforço coordenado entre diversas áreas do conhecimento e da gestão pública.



2 DESENVOLVIMENTO: DESVENDANDO A SEGURANÇA NO CAMPO E NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: DA AMEAÇA À AÇÃO HUMANIZADA

2.1 A DINÂMICA DOS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS E RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL: UMA PERSPECTIVA AMPLIADA E SISTÊMICA

A faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, com seus mais de 1.500 quilômetros que conectam o Brasil ao Paraguai e à Bolívia, transcende a mera demarcação geográfica; ela se configura como uma região estratégica e, infelizmente, vulnerável, consolidada como um dos epicentros da criminalidade transfronteiriça na América do Sul. Para uma compreensão aprofundada desse cenário complexo, é indispensável reconhecer que os crimes transfronteiriços não se limitam à transposição de divisas nacionais; eles são meticulosamente planejados, executados e geram impactos que se estendem significativamente além das fronteiras políticas, desestabilizando a segurança, a economia e a vida social de múltiplos países (FBSP, 2024). A fragilidade das estruturas estatais em certas áreas de fronteira, somada à vastidão do território, cria um terreno fértil para a proliferação e intensificação dessas atividades ilícitas.

Mato Grosso do Sul é considerado um terreno propício à atuação de organizações criminosas em virtude de sua posição estratégica, baixa densidade demográfica, economia de base rural e a presença de 44 municípios em faixa de fronteira. A proximidade com zonas de produção de maconha no Paraguai (o segundo maior produtor mundial) e de cocaína na Bolívia (o terceiro maior produtor mundial) estabelece o estado como uma rota significativa para o tráfico de drogas, contrabando e descaminho. Consequentemente, observa-se a ocorrência de crimes correspondentes, tais como receptação de veículos roubados, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, homicídios, tráfico de armas e corrupção (Faisting, 2023; Silva Neto, 2016).

A dimensão e a diversidade da criminalidade na fronteira de Mato Grosso do Sul são substanciais, conforme ilustrado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Indicadores Selecionados da Criminalidade na Fronteira de Mato Grosso do Sul.**

Crime/Fenômeno	Indicador / Dado de Exemplo (Ano da Referência)	Fonte Principal
Tráfico de Drogas	430,7 toneladas de maconha apreendidas (2023). MS foi o estado com a maior quantidade de maconha apreendida no país.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024)
Contrabando	Apreensão de 18,3 milhões de maços de cigarros (2023), gerando prejuízo estimado de mais de R\$ 91 milhões em impostos não arrecadados.	Polícia Rodoviária Federal (PRF-MS), dados compilados pela imprensa.
Abigeato (Roubo de Gado)	1.250 ocorrências registradas (2023), com foco nas regiões de fronteira.	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP-MS).
Crimes Ambientais	R\$ 98,7 milhões em multas aplicadas por infrações contra a flora, incluindo desmatamento ilegal no Pantanal e Cerrado (2023).	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Fonte: Elaborada pelo autor (2025) - base nos dados de FBSP (2024), PRF-MS (2023), SEJUSP-MS (2023)-IMASUL (2023).

A tabela 1 não apenas esclarece a diversidade de crimes, mas igualmente a complexidade inerente e o impacto do desafio, pois os atos criminosos não se manifestam de forma isolada, mas como engrenagens interconectadas de um sistema ilícito. As rotas estabelecidas pelo contrabando de cigarros são, em muitas circunstâncias, as mesmas utilizadas para o escoamento de drogas e armas.

O lucro proveniente do abigeato, que para o produtor rural representa a perda patrimonial e um ataque direto ao seu modo de vida, frequentemente financia a logística de organizações criminosas. Essa cadeia de ações criminosas não só desafia a autoridade estatal, mas também corrói a vida e a paz social das comunidades fronteiriças, impondo uma "lei do silêncio e do medo" que mina a confiança e a tranquilidade. Tais atividades criminosas demonstram que o combate a um tipo de delito de forma isolada pode resultar apenas em seu deslocamento ou em sua transformação, em vez de sua erradicação definitiva, o que exige uma resposta estatal igualmente adaptável e interligada.

O desgaste social induzido pelas atividades criminosas constitui um aspecto fundamental, pois a "lei do silêncio e do medo" denota a desconfiança que se estabelece entre os membros da comunidade e, conseqüentemente, entre a comunidade e o próprio Estado. Essa desconfiança obstrui o fluxo de informações vitais para a segurança pública e fortalece o poder das organizações criminosas. Além disso, conforme aponta Faisting (2023), a violência contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul representa um problema grave, com taxas de homicídios significativamente superiores às taxas gerais. Em 2019, a taxa de homicídios de indígenas em MS foi de 44,8 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa geral do estado foi de 17,7.

Em 2021, MS figurou como o segundo estado com maior número de indígenas assassinados no Brasil, registrando 35 homicídios. Muitos desses territórios estão situados nas regiões de fronteira, intensificando a complexidade da violência. A política de encarceramento em massa também está

correlacionada à fronteira, com 56% dos homicídios dolosos entre 2018 e 2021 ocorrendo na região, sendo o tráfico de entorpecentes o principal delito que culmina na prisão de indígenas e estrangeiros nessa área.

2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO POLICIAMENTO DE FRONTEIRA: PREENCHENDO ESPAÇOS VAZIOS COM INTELIGÊNCIA E COMUNIDADE

Para uma compreensão aprofundada dos desafios da segurança na fronteira de Mato Grosso do Sul, torna-se imperativo transcender a mera descrição dos crimes e alicerçar a análise em fundamentos teóricos consolidados. A segurança pública, enquanto campo de estudo e intervenção, oferece conceitos que auxiliam na decifração das razões pelas quais determinados territórios se tornam vulneráveis e quais filosofias de policiamento se mostram mais eficazes para reverter esse panorama. Três conceitos demonstram-se particularmente relevantes para este estudo: a noção de "espaços vazios" e a capacidade do Estado, a doutrina do Policiamento Comunitário e o modelo do Policiamento Guiado por Inteligência.

Teorias clássicas de policiamento, a exemplo da "Janelas Quebradas", foram originalmente concebidas para o enfrentamento da desordem visível predominante nos centros urbanos. Contudo, em áreas rurais e de fronteira, o principal desafio não reside na desordem, mas sim no silêncio e na ausência. Nesses "espaços vazios", onde a presença do Estado por vezes é rarefeita, a autoridade legal se fragiliza, e o crime organizado não encontra uma estrutura estatal para confrontar, mas sim um vácuo de poder a ser ocupado. Portanto, a questão central não se restringe à "presença" do Estado (materializada por um posto policial ou uma viatura), mas à sua "capacidade" real de exercer o monopólio da força, prover serviços essenciais e inspirar confiança em populações geograficamente isoladas, uma vez que tais ambientes são frequentemente percebidos como "terra sem lei", perigosos e de difícil acesso (Silva Neto, 2016).

Diante desse desafio, o Policiamento Comunitário emerge não meramente como uma tática, mas como uma filosofia indispensável. Alicerçada nos conceitos fundamentais de Trojanowicz e Bucqueroux (1994), essa abordagem propõe uma inversão do modelo tradicional: em vez de uma força que atua apenas reativamente ao crime, busca-se uma polícia que trabalha lado a lado com a comunidade na construção da segurança. Nesse contexto, o policial deixa de ser uma figura externa e distante para assumir a posição de parceiro, alguém que compreende a dinâmica local e coopera com os moradores para identificar as causas reais da insegurança, indo além dos sintomas visíveis.

Para que essa filosofia tenha eficácia na vastidão do território de fronteira, ela precisa ser amparada pelo Policiamento Guiado por Inteligência (Intelligence-Led Policing - ILP). Conforme sistematizado por Ratcliffe (2016), este paradigma gerencial utiliza a análise de dados não apenas para investigar o passado, mas para orientar o futuro. O ILP possibilita identificar "manchas" criminais e prever tendências, direcionando as operações táticas para onde terão maior impacto. É a inteligência que impede que o policiamento comunitário se dilua na imensidão geográfica, fornecendo o



direcionamento estratégico para otimizar o efetivo e as ferramentas tecnológicas. A necessidade de um conhecimento aprofundado da realidade local, das culturas, costumes e valores dos povos que interagem na fronteira é primordial para a elaboração de estratégias de segurança pública eficazes (Faisting, 2023).

A intersecção dessas três bases teóricas, sendo a imperatividade de preencher os "espaços vazios" com um Estado capaz, a adoção da filosofia comunitária para construir legitimidade e a aplicação da inteligência para garantir a eficiência, constitui o alicerce analítico deste trabalho. É a partir delas que se torna possível avaliar criticamente as estratégias da PMMS e propor diretrizes para uma segurança na fronteira que seja, simultaneamente, robusta, inteligente e, acima de tudo, humana.

2.3 O PAPEL ESTRATÉGICO DO POLICIAMENTO RURAL DE FRONTEIRA: A RESPOSTA PIONEIRA DA PMMS COM O CP-RUR E O BPMRU

Diante da intrincada teia de crimes que caracteriza a fronteira, o policiamento nessa região assume um papel quase existencial para a segurança e o desenvolvimento do estado. Por décadas, a resposta estatal fundamentou-se em um modelo de policiamento genérico, concebido para o contexto urbano de ruas e bairros, o que se revelava inadequado para a imensidão do campo. Patrulhas de natureza urbana não apreendem a lógica das estradas vicinais, os ciclos da safra que atraem criminosos, ou a cultura de silêncio e desconfiança intrínseca a comunidades isoladas. O reconhecimento desse insucesso histórico impulsionou a criação de uma nova doutrina, configurando-se não apenas como uma opção, mas como uma necessidade.

Nesse contexto, a criação do Comando de Policiamento Rural (CP-Rur) e do Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRu) emerge como a materialização dessa resposta estratégica, um marco que reconhece a singularidade e a especificidade do ambiente rural. O Batalhão foi oficialmente instituído pelo Decreto Nº 16.350, de 22 de dezembro de 2023 (Mato Grosso do Sul, 2023), e toda a estrutura é respaldada pela Lei Complementar nº 190 (Mato Grosso do Sul, 2014). Essa iniciativa representa uma mudança fundamental na percepção e abordagem da segurança rural pelo estado, reconhecendo a imperatividade de uma filosofia policial distinta e de recursos especializados para essas áreas.

Historicamente, a atuação especializada na fronteira remonta à criação do Grupo de Operações de Fronteira (GOF) em 1987, com a missão primordial de combater quadrilhas de ladrões de gado e máquinas agrícolas que aterrorizavam produtores rurais na fronteira com o Paraguai (Faisting, 2023; Silva Neto, 2016). O GOF, que posteriormente se tornou o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) em 1996, já realizava o ciclo completo de polícia e serviu de modelo para outros estados, como o GEFRON no Mato Grosso (Faisting, 2023).



Embora o CP-Rur e o BPMRu configurem a principal resposta estratégica e especializada da PMMS para o ambiente rural e de fronteira, é fundamental reconhecer que a segurança da região é também apoiada por uma rede mais ampla de unidades operacionais da corporação, tais como o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), a Polícia Militar Ambiental (PMA) e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), cada qual com suas expertises específicas e complementares.

O CP-Rur opera como o centro estratégico da doutrina. Sua função transcende o mero planejamento de rotas; ele é responsável pela análise de dados de inteligência sobre as "manchas criminais" no campo, pelo desenvolvimento de protocolos de atuação específicos para crimes como o abigeato, e pela construção de uma rede crucial de parcerias com sindicatos rurais, associações de produtores e outras forças de segurança. É o CP-Rur que traduz a complexa realidade do ambiente rural em uma doutrina de policiamento coesa e padronizada para todo o estado.

Se o CP-Rur é o cérebro estratégico, o BPMRu constitui a ponta de lança, a unidade tática que vive e opera nas estradas não pavimentadas e na tensão das áreas de fronteira. Sua atuação é multifacetada e demanda resiliência: atua na prevenção, por meio de sua presença visível que dissuade a ação de criminosos e restaura a sensação de segurança nas comunidades; e na repressão, com ações de inteligência e incursões precisas para desarticular organizações criminosas. Adicionalmente, o BPMRu estabelece-se como um braço de cidadania do Estado, sendo frequentemente a única presença governamental em locais remotos, mediando conflitos agrários que poderiam escalar para violência.

O diferencial intrínseco do Batalhão, contudo, reside no conhecimento aprofundado do terreno, das rotinas e da cultura da população local, sendo uma expertise que confere à ação policial eficácia e, primordialmente, um caráter humano. Essa dupla função, de aplicação da lei e de apoio social, é crucial para a construção da legitimidade e a redução das vulnerabilidades exploradas pelo crime.

Embora o avanço seja inegável, a luta contra desafios estruturais graves persiste. A demanda por "mais recursos" manifesta-se na necessidade de equipamentos de comunicação via satélite que funcionem em áreas "sem sinal" e de viaturas mais robustas. Especialistas como Mingardi (2021) defendem a especialização e alertam para o risco de uma centralização excessiva que pode afastar o comando das necessidades locais. A valorização da carreira do policial rural, por meio de treinamento contínuo e amparo psicológico, é, portanto, um elemento essencial para o pleno funcionamento dessa engrenagem. A saúde mental dos policiais, também constitui um campo de batalha tão real quanto as estradas de terra que patrulham.

Reconhecer e oferecer suporte a esses profissionais com apoio psicológico e condições dignas de trabalho não é uma questão meramente administrativa; é um pilar fundamental para que a força policial seja, de fato, robusta, saudável e capaz de proteger com a humanidade esperada. A



consolidação dessas diretrizes de valorização e modernização, presentes no Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) de 2021-2030, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), depende intrinsecamente de investimentos contínuos e estratégicos (Mato Grosso do Sul, 2023).

A capacidade de o Estado prover recursos para a contratação de efetivo, a aquisição e manutenção de viaturas adequadas, e a modernização do arsenal bélico, por exemplo, é vital para a plena operacionalização dessas políticas e para o aprimoramento da segurança na fronteira. O PESP/MS, de fato, estabelece a "Diretriz 7 - Valorização dos profissionais de Segurança Pública", que visa propiciar meios para garantir a saúde física, social e psicológica dos profissionais, incluindo o fortalecimento do Centro de Atenção Biopsicossocial (CABS). Adicionalmente, a "Diretriz 8 - Aparelhamento, modernização e desenvolvimento tecnológico" busca fortalecer e modernizar a infraestrutura da segurança pública, com ênfase no desenvolvimento tecnológico (Mato Grosso do Sul, 2023).

2.4 ESTRATÉGIAS TÁTICAS E OPERACIONAIS DA PMMS: DA INTELIGÊNCIA À AÇÃO COORDENADA E ADAPTATIVA

A inteligência policial não se configura como um fim em si mesma; ela é o alicerce sobre o qual a PMMS edifica suas estratégias táticas para atuar nesse complexo campo de batalha. Se o ecossistema do crime se caracteriza por ser interconectado e adaptável, a resposta do Estado deve ser igualmente dinâmica e integrada. A rigidez, nesse contexto, é intrinsecamente sinônimo de ineficácia. A inteligência contínua é fundamental para permitir essa dinamicidade e assegurar que as ações policiais se mantenham sempre um passo à frente das táticas criminosas.

A principal resposta tática é a operação integrada, que rompe as diferenças institucionais e une as polícias estaduais, federais e as forças de países vizinhos em uma ação conjunta contra o crime. A Operação Hórus, por exemplo, é uma iniciativa permanente dos "Guardiões da Fronteira" do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 2024, a Operação Hórus foi rebatizada como Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, a qual conta com o apoio das forças de segurança de 12 estados, incluindo Mato Grosso do Sul, e tem como foco o combate ao crime organizado e ao tráfico transfronteiriço (Brasil, 2023).

Essa operação tem sido estendida para aldeias indígenas na faixa de fronteira de MS, atendendo a pedidos dos Conselhos de Segurança Indígena (Brasil, 2023). Nesse arcabouço de colaboração, unidades como o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), a Polícia Militar Ambiental (PMA) e o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv) atuam de forma complementar às ações do

policciamento rural especializado, cobrindo diversas dimensões da segurança fronteiriça, desde o combate ao tráfico até a fiscalização ambiental e de trânsito.

Para sufocar as rotas logísticas do crime, são empregados bloqueios e barreiras móveis, cuja localização não é aleatória, mas ditada pela inteligência, alterando-se constantemente para manter o elemento surpresa. O patrulhamento diferenciado representa a adaptação da força policial ao terreno: são as lanchas rápidas nos rios que servem de hidrovias para o tráfico, as motocicletas ágeis para as estradas de terra e o patrulhamento a cavalo para o contato próximo em áreas de difícil acesso. Cada uma dessas táticas é informada por um ciclo de inteligência contínuo, que não se encerra com a operação, mas a analisa para refinar as ações futuras.

O PESP/MS, em sua "Diretriz 9 - Estudos, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Segurança Pública", busca aprimorar a segurança pública fomentando a produção de conhecimento e incentivando a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias (Mato Grosso do Sul, 2023).

A eficácia dessas estratégias reside na capacidade de coletar, analisar e disseminar informações de forma contínua. A inteligência policial permite identificar padrões criminais, prever movimentos de grupos organizados e direcionar recursos limitados para onde são mais necessários, otimizando o impacto das operações. Por exemplo, a análise de dados pode revelar que o abigeato é mais comum em certas épocas do ano ou em regiões específicas, possibilitando um patrulhamento mais focado e preventivo.

Contudo, nenhuma dessas estratégias se sustenta sem o pilar fundamental da legitimidade. O uso da força, sempre proporcional e ético, e a filosofia do policiamento de proximidade não são meros itens em um manual; eles constituem a base para construir a confiança com a comunidade. É essa confiança que assegura o fluxo de informações que a tecnologia, por si só, não capta, e que transforma a população de espectadora em aliada, fechando o cerco contra a criminalidade de uma maneira que nenhuma barreira física jamais conseguiria.

A sinergia entre táticas robustas e a construção de confiança social cria um ciclo virtuoso: operações eficazes geram resultados, que, por sua vez, elevam a confiança da comunidade, levando a um maior compartilhamento de informações, o que retroalimenta a inteligência e aprimora a eficácia das futuras operações.

2.5 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ADAPTADO AO AMBIENTE RURAL DE FRONTEIRA: CONSTRUINDO PONTES DE CONFIANÇA NA PMMS

A eficácia de "suturar" a fronteira com tecnologia e operações é comprometida se o tecido social adjacente, as comunidades locais, permanecer fragilizado pela desconfiança. Quando a discussão



sobre policiamento comunitário transcende o ambiente urbano e adentra as estradas de terra de Mato Grosso do Sul, o conceito demanda uma profunda reinvenção.

Na vastidão do ambiente rural e de fronteira, a PMMS, por intermédio do CP-Rur e do BPMRu, detém não apenas uma oportunidade, mas a responsabilidade de forjar um modelo que vá além do combate meramente reativo ao crime. Trata-se de uma oportunidade ímpar para contribuir com a reconstrução do tecido social de comunidades historicamente negligenciadas pelo poder público. Humanizar a polícia, nesse contexto, implica conferir-lhe a capacidade e a legitimidade para estabelecer uma conexão genuína com as pessoas. Essa reinvenção do policiamento comunitário para áreas rurais é fundamental para a construção da legitimidade do Estado e para a coesão social.

As particularidades do campo sul-mato-grossense impõem uma adaptação profunda ao modelo de policiamento. A atuação não se limita ao enfrentamento de crimes; abrange também o manejo das imensas distâncias que isolam famílias, a vulnerabilidade social que serve como atrativo para a cooptação pelo crime organizado, e a rica e complexa diversidade cultural, que engloba povos indígenas e comunidades quilombolas, cuja relação com o Estado é historicamente marcada pela desconfiança.

A confiança, nesse cenário, não emerge espontaneamente da passagem de uma viatura que levanta poeira. Ela é cultivada no contato pessoal, na permanência do policial que a comunidade aprende a identificar e nomear, e na escuta ativa de um agente disposto a compreender os problemas locais antes de propor soluções. Para o BPMRu, traduzir essa filosofia em ações concretas significa transcender o óbvio. Uma presença constante e qualificada não se resume a estar no local, mas a ser parte integrante da paisagem social: é o policial que compartilha um café na sede da fazenda, que conhece os filhos do produtor, que compreende os ciclos da colheita e da seca. A criação de canais como a "Vizinhança Rural Segura" é vital, mas deve ser complementada por um treinamento exaustivo em direitos humanos, mediação de conflitos e, sobretudo, em diversidade cultural, para que a abordagem seja sempre de respeito e não de imposição.

O programa "Campo Mais Seguro - Policiamento Rural", por exemplo, oferece um sistema de prevenção criminal com uso de monitoramento georreferenciado e um aplicativo específico para cadastrar propriedades rurais, maquinários, implementos e trabalhadores. Este programa, que monitora aproximadamente 10 mil propriedades rurais, permite que a Polícia Militar receba informações precisas sobre a localização em caso de crime, incluindo fotografias e detalhes de funcionários, facilitando a identificação de suspeitos. Adicionalmente, o programa organiza uma "rede de vizinhos em alerta" para troca constante de informações entre a polícia e a população rural, e realiza visitas técnicas para identificar vulnerabilidades e oferecer dicas de segurança (Mato Grosso do Sul, 2022).

Historicamente, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) já exemplificava o policiamento comunitário na década de 1980, com contato próximo com moradores de fazendas e a criação da Sociedade de Amigos da Liberdade, Vigilância e Esperança (SALVE), uma ONG que possibilitou a participação da sociedade na estruturação e manutenção do órgão (Silva Neto, 2016). O Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) institucionaliza a "Polícia Comunitária" como uma de suas políticas, por meio da Coordenadoria de Polícia Comunitária e da atuação de 67 Conselhos Comunitários de Segurança, incluindo 6 Conselhos de Segurança Indígena, que congregam mais de 900 lideranças (Mato Grosso do Sul, 2023).

A segurança, em última análise, é uma responsabilidade compartilhada, e a formação de parcerias com outras secretarias, municípios e ONGs multiplica a força da atuação estatal. A humanização é o reconhecimento de que a polícia, em sua essência, é um serviço público destinado a proteger e servir. Para Mato Grosso do Sul, um policiamento que valoriza a dignidade das pessoas constitui a chave para uma segurança duradoura e para um desenvolvimento que efetivamente alcance a todos. Ao fortalecer o tecido social, o policiamento comunitário contribui diretamente para a resiliência das comunidades frente à infiltração criminosa, transformando a coesão social em um ativo estratégico de segurança.

2.6 A ATUAÇÃO POLICIAL SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DA LEGITIMIDADE

Uma análise verdadeiramente humanizada da segurança pública não pode eximir-se da discussão de seu pilar mais fundamental: o respeito incondicional aos Direitos Humanos. Longe de constituírem um obstáculo à atividade policial, os direitos humanos são a própria condição para a sua legitimidade. Uma ação policial, por mais taticamente exímia que se apresente, adquire legitimidade aos olhos da sociedade apenas quando é percebida como justa, proporcional e respeitosa da dignidade de todos os cidadãos, inclusive daqueles que incorrem em infração da lei. Essa perspectiva eleva a conformidade com os direitos humanos de um mero requisito legal a um componente estratégico essencial da eficácia policial.

Na complexa realidade da fronteira, onde o Estado disputa espaço com poderosas organizações criminosas, a legitimidade não se configura como um luxo, mas como uma necessidade estratégica. Este imperativo ganha contornos ainda mais dramáticos ao considerar as populações vulneráveis que habitam o território fronteiro de Mato Grosso do Sul. A abordagem policial em comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais não pode negligenciar o histórico de conflitos e a desconfiança que permeiam a relação dessas populações com o Estado.



Uma atuação que não seja culturalmente sensível e que não reconheça os direitos territoriais e culturais desses grupos está fadada ao insucesso. A construção de uma segurança eficaz nessas áreas exige, necessariamente, que a polícia se torne uma aliada na proteção desses direitos, e não uma ameaça a eles. A violência contra os povos indígenas em MS, com altas taxas de homicídio e suicídio, é um exemplo claro da necessidade de uma abordagem policial que considere as vulnerabilidades e os direitos desses grupos (Faisting, 2023).

Similarmente, a busca por eficiência por meio da tecnologia encontra seus limites nos direitos fundamentais. A Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018) constitui o marco legal pertinente, mas a questão é mais profunda: diz respeito ao direito à privacidade e à não discriminação. O emprego de vigilância massiva ou de algoritmos acarreta o risco de criar um estado de suspeição permanente sobre todos os cidadãos, violando a presunção de inocência.

Alcadipani (2021) aponta o risco do viés algorítmico, que, se treinado com dados históricos que já refletem preconceitos, pode perpetuar e automatizar a injustiça, direcionando o policiamento de forma desproporcional a comunidades já vulneráveis. A atuação policial moderna deve ser precisa e cirúrgica, focando naqueles que representam ameaça, e não em uma vigilância indiscriminada que coloque toda a população sob um manto de desconfiança.

Por fim, a legitimidade da força policial é diretamente proporcional à sua capacidade de se autorregular e prestar contas à sociedade. Mecanismos de controle interno, como Corregedorias robustas e atuantes, e de controle externo, como a fiscalização pelo Ministério Público e pelas Ouvidorias, não são indicativos de fraqueza, mas de maturidade institucional. Uma polícia que investiga e pune os desvios de conduta de seus próprios membros envia uma mensagem poderosa à sociedade: a de que ninguém está acima da lei. É essa mensagem que, em última análise, edifica a confiança popular, o mais valioso de todos os ativos para a segurança pública.

O Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) de 2021-2030 estabelece a "Diretriz 11 - Segurança Integrada e Cidades Seguras", que visa promover a segurança com cidadania, o *accountability* e a filosofia de Polícia Comunitária, estimulando a participação ativa da sociedade nos Conselhos de Segurança Pública. Adicionalmente, a "Diretriz 12 - Gestão Estratégica e Gestão por Resultados" busca fortalecer a atividade correcional e de ouvidoria, e implementar medidas de preservação da integridade institucional. O Centro de Atenção Biopsicossocial (CABS) da SEJUSP, criado em 2020, oferece apoio a todos os profissionais de segurança pública, visando melhorar a qualidade de vida e reduzir indicadores como suicídio e afastamentos por saúde mental (Mato Grosso do Sul, 2023).



2.7 TECNOLOGIAS NO MONITORAMENTO E INTELIGÊNCIA POLICIAL: A VISÃO AMPLIADA E ESTRATÉGICA DO CAMPO DE BATALHA NO MS

A revolução tecnológica provê um arsenal sem precedentes para o fortalecimento do policiamento em áreas rurais. Em um território como o sul-mato-grossense, caracterizado por extensas propriedades rurais e ecossistemas impenetráveis como o Pantanal, a tecnologia deixa de ser um luxo para se tornar um multiplicador de força indispensável. Ferramentas como câmeras, drones e sensores constituem, atualmente, instrumentos vitais que permitem ao Estado visualizar onde o olho humano, por si só, não alcança.

Os drones, em particular, consolidaram-se como os olhos da PMMS no céu, representando verdadeiros divisores de águas táticos. Equipados com câmeras termais, são capazes de identificar acampamentos clandestinos na escuridão noturna ou rastrear gado roubado em áreas alagadas, elevando a segurança das equipes em terra e a eficácia das incursões (G1 Mato Grosso do Sul, 2024). Câmeras inteligentes, posicionadas estrategicamente em estradas vicinais, e sensores de movimento camuflados na vegetação atuam como sentinelas silenciosas, monitorando pontos estratégicos e gerando alertas que permitem uma resposta quase imediata.

O programa "Campo Mais Seguro - Policiamento Rural" emprega um sistema de monitoramento georreferenciado com um aplicativo específico para o cadastro de propriedades rurais, possibilitando que a Polícia Militar receba informações precisas sobre a localização em caso de crime, incluindo fotografias e detalhes de funcionários, o que facilita a identificação de suspeitos (Mato Grosso do Sul, 2024).

No entanto, a tecnologia, quando empregada de forma inteligente, transcende a mera vigilância. Ao automatizar a vigilância rotineira, permite que o valioso recurso humano seja direcionado para atividades que nenhuma máquina pode replicar: a construção de laços com a comunidade e a tomada de decisões fundamentada na intuição e na experiência. É nesse equilíbrio que a tecnologia se converte em uma ferramenta de humanização. Conforme defendem especialistas, a tecnologia deve ser sempre um complemento, e não um substituto, ao insubstituível discernimento humano (Alcadipani, 2021), pois a eficácia da atuação policial depende tanto dos recursos tecnológicos quanto de mentes bem treinadas e corações comprometidos em campo.

A capacidade da tecnologia de otimizar o trabalho policial, permitindo que os agentes se concentrem em tarefas que exigem inteligência humana e empatia, representa um avanço significativo para um policiamento mais eficaz e humanizado. O Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) de 2021-2030, em sua "Diretriz 8 - Aparelhamento, modernização e desenvolvimento tecnológico", busca fortalecer e modernizar a infraestrutura da segurança pública, com ênfase no desenvolvimento tecnológico (Mato Grosso do Sul, 2023).

2.8 TECNOLOGIAS EMERGENTES: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E *MACHINE LEARNING* COMO AMPLIFICADORES DE EFICÁCIA E INTELIGÊNCIA PREDITIVA

Se a tecnologia atual já se mostra revolucionária, a incorporação de Inteligência Artificial (IA) e *Machine Learning* representa um grande salto para as operações de fronteira. Essas ferramentas possuem o poder de transformar a interpretação do cenário, elevando a inteligência policial de um patamar reativo para um nível preditivo e estratégico. Elas capacitam sistemas a aprender com um volume colossal de dados, a discernir padrões imperceptíveis ao olho humano e a prever eventos futuros com uma acurácia antes impensável.

Em termos práticos para Mato Grosso do Sul, isso se traduz na capacidade de prever "manchas" de ocorrência de abigeato em determinadas épocas do ano, ou identificar rotas de tráfico que se alteram conforme o nível dos rios no Pantanal. Algoritmos podem ser treinados para reconhecer, em imagens de drones, padrões de desmatamento ilegal ou pistas de pouso clandestinas que, previamente, passariam despercebidas.

O objetivo da IA, nesse contexto, não é emitir ordens, mas fornecer *insights* valiosos a um analista humano, que será o responsável pela decisão final. O Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) de 2021-2030, em sua "Diretriz 9 - Estudos, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Segurança Pública", visa aprimorar a segurança pública fomentando a produção de conhecimento, incentivando a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias (Mato Grosso do Sul, 2023).

Contudo, tal poder exige imensa responsabilidade e reflexão crítica. A implementação dessas tecnologias demanda não apenas investimento, mas um rigoroso debate ético, para que o avanço da segurança não implique o retrocesso dos direitos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) (Brasil, 2018).

O risco do viés algorítmico, conforme apontado por Alcadipani (2021), é real e perigoso. Se um algoritmo for treinado com dados históricos que já refletem preconceitos, ele poderá perpetuar e automatizar a injustiça, direcionando o policiamento de forma desproporcional a comunidades já vulneráveis. A humanização, nesse contexto, consiste em garantir a soberania do julgamento humano sobre a sugestão da máquina, com auditorias e transparência, para que a tecnologia sirva à justiça, e não o contrário.

A tensão entre a eficiência tecnológica e a proteção dos direitos fundamentais constitui um desafio central para a governança da segurança pública no século XXI. Um exemplo de aplicação de tecnologia avançada é o Banco de Perfis Genéticos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído em 2010, que integra a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) e auxilia na apuração



criminal, identificação de pessoas desaparecidas e revisão de condenações equivocadas, seguindo rigorosos critérios técnicos e éticos (Mato Grosso do Sul, 2023).

2.9 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO: TECENDO A REDE DE SEGURANÇA ALÉM DAS FRONTEIRAS POLÍTICAS

Se a fronteira é uma via de infiltração para o crime organizado, a cooperação internacional emerge como a única sutura capaz de conter a hemorragia. A natureza transnacional dos crimes que assolam a região impõe uma verdade incontornável: a segurança necessita ser concebida e executada para além das fronteiras nacionais. Mato Grosso do Sul, dada sua posição geográfica, compreende há tempos que a segurança de um lado da divisa está ligada à segurança do outro. A atuação em rede do crime organizado, conectando apoio, logística, execução e administração financeira em territórios do Brasil e de seus vizinhos, demanda medidas bilaterais e uma resposta integrada (Faisting, 2023).

Essa colaboração, para ser efetiva, precisa transcender os acordos formais e materializar-se em ações práticas e permanentes. Exemplos de sucesso, como a Operação Hórus, demonstram o poder da ação conjunta. Em 2024, a Operação Hórus foi rebatizada como Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, a qual conta com o apoio das forças de segurança de 12 estados, incluindo Mato Grosso do Sul, e tem como foco o combate ao crime organizado e ao tráfico transfronteiriço). Essa operação tem sido estendida para aldeias indígenas na faixa de fronteira de MS, atendendo a pedidos dos Conselhos de Segurança Indígena (Brasil, 2023).

O patrulhamento diferenciado representa a adaptação da força policial ao terreno: são as lanchas rápidas nos rios que servem de hidrovias para o tráfico, as motocicletas ágeis para as estradas de terra e o patrulhamento a cavalo para o contato próximo em áreas de difícil acesso. Cada uma dessas táticas é informada por um ciclo de inteligência contínuo, que não se encerra com a operação, mas a analisa para refinar as ações futuras.

O PESP/MS, em sua "Diretriz 9 - Estudos, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Segurança Pública", busca aprimorar a segurança pública fomentando a produção de conhecimento e incentivando a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias (Mato Grosso do Sul, 2023).

É por meio de treinamentos e exercícios conjuntos que a cooperação fundamentalmente se constrói, permitindo que as forças policiais aprendam a operar de forma integrada, harmonizando táticas e edificando um respeito mútuo que nenhuma legislação ou decreto pode impor. Mais do que de acordos formais, a eficácia da cooperação internacional depende da construção de uma "infraestrutura suave" de confiança e relacionamentos operacionais entre os agentes. Superar a

desconfiança e as diferenças legislativas (Furlani, 2022) torna-se, assim, um processo contínuo que exige vontade política e a criação de canais de comunicação ágeis e desburocratizados.

2.10 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS ADVINDOS COM A ROTA BIOCEÂNICA E PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA SEGURANÇA PÚBLICA NA FRONTEIRA RURAL

A Rota Bioceânica apresenta-se a Mato Grosso do Sul como uma promessa de revolução e uma oportunidade histórica de desenvolvimento. Contudo, em paralelo ao progresso, ela projeta a sombra de desafios imensos para a segurança. Seria ingênuo supor que um aumento exponencial no fluxo de pessoas e mercadorias não gerará, na ausência de uma preparação adequada, novas e perigosas vulnerabilidades para o crime organizado (IPEA, 2023).

A Rota Bioceânica, com um traçado de 2.396 km conectando os oceanos Atlântico e Pacífico, e percorrendo Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, ao ligar o Porto de Santos aos portos de Iquique e Antofagasta, posiciona Mato Grosso do Sul como um *hub* logístico estratégico. A ponte internacional bioceânica sobre o Rio Paraguai em Porto Murtinho (MS) e Capitán Carmelo Peralta (PY) será um ponto crucial, mas também poderá estabelecer novas rotas para o tráfico de entorpecentes e o contrabando (Faisting, 2023).

É crucial compreender que os desafios de segurança da Rota Bioceânica não se limitarão às novas infraestruturas viárias. A transformação mais significativa, e o maior risco, ocorrerá nas pequenas cidades sul-mato-grossenses que se converterão nos novos entrepostos desse corredor. A perspectiva de uma urbanização acelerada e desordenada, desprovida do devido planejamento estatal, pode criar bolsões de vulnerabilidade social, caracterizados por moradias precárias e serviços públicos sobrecarregados. É nesse vácuo que prosperam as "economias de sombra": a exploração sexual, o tráfico e a lavagem de dinheiro, atividades que frequentemente acompanham grandes fluxos logísticos. A Rota Bioceânica, portanto, não é meramente uma nova infraestrutura, mas um catalisador capaz de amplificar vulnerabilidades sociais e econômicas preexistentes, exigindo uma resposta de segurança que transcenda o policiamento tradicional.

Desse modo, a estratégia de segurança não pode ser apenas reativa e focada na repressão policial; ela deve ser proativa e social, atuando em conjunto com políticas de desenvolvimento urbano, rural e social para que o progresso prometido pela Rota não se converta, para as comunidades locais, em sinônimo de desordem e medo. Enfrentar essa complexa situação exige soluções ousadas e integradas: são necessários policiais capacitados e multilíngues, aptos a comunicar-se em espanhol e guarani para facilitar a cooperação (Brasil, 2023); centros de comando integrados em pontos estratégicos, inspirados em experiências bem-sucedidas como a do CIOF (Furlani, 2022); tecnologias

de ponta para fiscalizar o imenso volume de tráfego, sempre com estrito respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018).

Fundamentalmente, investimento em desenvolvimento social nas comunidades do entorno, para que o crime não encontre ali um terreno fértil para recrutamento. A humanização, neste contexto, implica em saber equilibrar a repressão qualificada com a prevenção social (Mingardi, 2021), a fim de que a Rota Bioceânica seja, de fato, um caminho para o futuro, e não uma porta aberta para a criminalidade.

O Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS) de 2021-2030 inclui a "Diretriz 3 - Enfrentamento à criminalidade na faixa de fronteira, rota bioceânica e costa leste", que visa prevenir e reprimir a criminalidade nessas áreas por meio da atuação integrada das forças de segurança e em cooperação com diversos entes e países vizinhos Mato Grosso do Sul, 2023). A Tabela 2 apresenta uma projeção qualitativa dos desafios e soluções para a segurança na Rota Bioceânica.

Tabela 2 - Desafios e Soluções para a Segurança na Rota Bioceânica (Projeção Qualitativa).

Desafio	Solução Proposta	Impacto Esperado (Qualitativo)
Tráfico ilícito	Drones e IA para monitoramento preditivo	Aumento da capacidade de interceptação e desestímulo às rotas
Contrabando	Escâneres de carga e integração aduaneira	Redução da evasão fiscal e aumento da segurança comercial
Crimes patrimoniais	Patrulhamento reforçado e "Vizinhança Rural Segura"	Maior sensação de segurança e redução de ocorrências em áreas rurais
Tráfico de pessoas	Programas sociais e fiscalização intensificada	Aumento da proteção a vulneráveis e identificação de redes criminosas

Fonte: Elaborada pelo autor (2025), com base em projeções de estudos como os do IPEA (2023), IDESF (2023) e Furlani (2022).

Esta tabela é crucial por transformar a identificação de problemas em um roteiro de soluções concretas e acionáveis. Ao vincular desafios específicos a propostas de intervenção, que incluem tanto medidas tecnológicas quanto sociais, ela demonstra uma abordagem proativa e integrada para o planejamento da segurança. A coluna de "Impacto Esperado" salienta os resultados almejados, direcionando a discussão para a eficácia das estratégias propostas e reforçando a premissa de que a segurança não se restringe a uma questão policial, mas constitui uma responsabilidade multisetorial que demanda esforços coordenados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta análise, emerge com clareza que a segurança na fronteira rural sul-mato-grossense é menos uma questão de barreiras físicas e mais uma questão de pontes humanas. A complexa teia de desafios, que vai da criminalidade transnacional à vulnerabilidade social, não pode ser desfeita apenas com tecnologia ou repressão. Exige, fundamentalmente, uma abordagem que reconheça a dignidade das comunidades rurais fronteiriças e que transforme a presença do Estado em sinônimo de confiança, e não de medo. A verdadeira soberania, portanto, constrói-se não apenas com a força, mas com a legitimidade conquistada no diálogo e no respeito mútuo.

É imperativo reconhecer que a cooperação transnacional com Paraguai e Bolívia deve transcender iniciativas episódicas, como a Operação Hórus, evoluindo para uma integração institucional permanente que supere entraves burocráticos e soberanos. Simultaneamente, a incorporação de tecnologias avançadas de vigilância e inteligência, embora essencial para a eficácia operacional, deve ser rigorosamente balizada por parâmetros éticos e legais. O uso dessas ferramentas não pode prescindir da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), evitando que a automação da segurança reproduza preconceitos ou viole direitos fundamentais, servindo sempre como suporte ao discernimento humano.

O policiamento comunitário configura-se como o caminho para a construção da confiança, mas a desconfiança histórica, notadamente com povos indígenas e quilombolas, representa uma ferida profunda que não se resolve a curto prazo. Superá-la demandará um compromisso genuíno com o diálogo e a participação. Diante da Rota Bioceânica, uma promessa que pode se converter em um desafio complexo, a visão de um policiamento humanizado, que equilibre repressão e cidadania, é a única rota segura.

A estratégia sul-mato-grossense, focada em superar a vastidão territorial por meio de uma doutrina rural especializada, oferece um fascinante contraponto aos desafios experienciados na fronteira do Paraná. Neste último, a extensa área urbana da Tríplice Fronteira, o problema não reside no isolamento, mas na densidade populacional e no fluxo incessante de pessoas e mercadorias. Enquanto a tecnologia em Mato Grosso do Sul visa cobrir áreas remotas e despovoadas, no Paraná ela se concentra na inspeção de volumes massivos e no controle de multidões. Essa comparação de realidades distintas dentro de um mesmo país sublinha uma verdade fundamental: não há uma fórmula única para a segurança de fronteira, mas sim a necessidade urgente de soluções customizadas que 'escutem' a vocação e as particularidades de cada território. Essa diferenciação é crucial para o planejamento de políticas públicas em um país de dimensões continentais.

Este estudo, portanto, reitera a urgência de um compromisso governamental de longo prazo, que conceba a segurança não como um custo, mas como o principal investimento no



desenvolvimento. Importa salientar que os avanços já observados no policiamento de fronteira e rural, especialmente a criação e o fortalecimento de estruturas como o CP-Rur e o BPMRu, bem como as diretrizes de valorização profissional e modernização presentes no Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/MS), refletem uma contínua busca pela excelência e adaptação da PMMS sob a liderança institucional.

Tais esforços demonstram um empenho em aprimorar as condições de trabalho e o aprimoramento dos policiais militares, e na modernização da tropa e seu alinhamento estratégico com as demandas de segurança do estado. Para solidificar esses avanços e assegurar a plena capacidade operacional, a mensuração e a divulgação contínua dos investimentos em efetivo, viaturas e armamentos, bem como em outras ações de infraestrutura e capacitação, são aspectos cruciais para o monitoramento, o aprimoramento e o direcionamento estratégico das políticas de segurança. Sugere-se que pesquisas futuras integrem a perspectiva das comunidades rurais e explorem modelos de financiamento para essa visão.

O desafio é imenso, mas a vocação de Mato Grosso do Sul também o é. Trata-se de uma escolha fundamental: se a fronteira será lembrada como uma cicatriz permanente da negligência ou como o símbolo de uma nação que, por fim, decidiu proteger seu coração rural com a mesma força empregada na defesa de seus centros urbanos.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. A tecnologia e a modernização das polícias brasileiras: dilemas e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 12-30, 2021.**

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.**

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Operação Hórus e o Programa V.I.G.I.A.: balanço e perspectivas. Brasília: MJSP, 2023.**

FAISTING, André. **O espelho da fronteira: poder, controle e crime em Mato Grosso do Sul. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.**

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024.**



FURLANI, Carlos Eduardo. **Segurança de Fronteiras e Cooperação Internacional: O Papel do CIOF**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

G1 MATO GROSSO DO SUL. Drones com câmeras termais reforçam policiamento na fronteira de MS. **G1**, Campo Grande, 15 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022.

IDESF - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. **Custo do Contrabando no Brasil: Relatório 2023**. Foz do Iguaçu: **IDESF**, 2023.

IMASUL - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Anual de Atividades 2023**. Campo Grande: IMASUL, 2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Rota Bioceânica e seus impactos na segurança pública**. Brasília, DF: **IPEA**, 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 190, de 04 de abril de 2014. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Campo Grande, MS, 07 abr. 2014.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 16.350, de 22 de dezembro de 2023. Cria o Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRu) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Campo Grande, MS, n. 11.363, 26 dez. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. **Manual do Programa Campo Mais Seguro**. Campo Grande: PMMS, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Polícia Militar. **Balanço das Ações de Policiamento Rural**. Campo Grande: PMMS, 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PESP/MS)**. Campo Grande: SEJUSP, 2023.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da polícia no meio rural. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, p. 45-62, 2021.



RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence-Led Policing**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

SILVA, Joana. **A nova face do crime**: a expansão das facções na fronteira. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA NETO, Almir. **Policimento de fronteira**: uma análise da atuação do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) em Mato Grosso do Sul. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá**, 2016.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.